



AS RELAÇÕES PARALELAS NO ÂMBITO DO DIREITO SUCESSÓRIO

Autor(res)

Claudia Facioli Bazi
Katia Gregianin Cella
Henrique De Lima Santos
Roberta Marcasoni
Tiago William Kohn
Giana G. L. Mendes

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ERECHIM

Resumo

As recentes mudanças no direito de família acolheram as mais diversas formas de entidades familiares. No entanto, essas alterações não acompanharam o direito sucessório.

Fazendo-se uma análise doutrinária, observa-se que existem dois posicionamentos diversos, quais sejam: os que não aceitam essa nova modalidade familiar e defendem a regra da nulidade absoluta do segundo casamento. E, também, verifica-se a existência de posicionamentos favoráveis ao reconhecimento de uniões paralelas a outro vínculo preexistente, seja ele casamento ou união estável, mas a jurisprudência mais recente do STJ, no que diz respeito ao paralelismo de uniões, tem decidido no sentido da impossibilidade de reconhecimento, afirmando a necessidade de relacionamento sólido para que possa ser uma relação reconhecida. (BRASIL, 2011). Percebe-se que essa decisão aponta a importância de provar a existência de um vínculo conjugal e sua durabilidade. Sem os quais não é possível o reconhecimento, independente da concorrência com outra união.

No que tange ao direito sucessório, atualmente, no caso das uniões estáveis simultâneas e relações poliamorosas, por exemplo, alguns Tribunais de Justiça aplicam a teoria da triação de bens, que tutela os direitos dos conviventes, sendo que, tal teoria tem por fundamento a valorização e o resguardo do princípio da afetividade. (DIAS,2016, p. 137).